



BRASIL EM DISCUSSÃO

Hiperinflação, maior perigo.

O risco de o Brasil cair numa hiperinflação é superior a 50%. E a alternativa para esse perigo não é das melhores: pode ser o controle de preços "com as consequências conhecidas para a economia", como lembra o economista José Júlio Senna. O último controle, inaugurado pelo então ministro Bresser Pereira, em meados do ano passado, acabou numa taxa crescente de inflação — de 3,1% em julho, 6,3% em agosto, 5,6% em setembro, 9,1% em outubro, 12,8% em novembro, 14,1% em dezembro, 16,5% em janeiro, 17,9% em fevereiro, 16% em março, apontando para 20% em abril.

Um aluno de Economia de primeiro ano já saberia fazer um gráfico indicando a inflação crescente e não teria dúvidas quanto ao resultado, ironiza Senna, ele mesmo professor da Escola de Pós-Graduação da Fundação Getúlio Vargas, além de diretor do Banco Boavista e ex-diretor da Dívida Pública do Banco Central quando Dornelles era ministro da Fazenda.

O economista é cético quanto a uma saída antes da troca de governo. Ele compara a fase atual à do início do governo Sarney, quando dois grupos tinham opinião divergente: uns alertavam para o déficit público, para a política fraca, para o desequilíbrio, enquanto "os outros nada queriam com a Hora do Brasil". Hoje, Fazenda e Planejamento pensam juntos, mas falta uma unidade maior. "As medidas, caso da URP (Unidade de Referências de Preços), continuam isoladas." Além do mais, "duas andorinhas não fazem o verão".

Descrença

Senna não acredita que haja uma decisão sobre a política monetária, que só foi agressiva nos primeiros seis meses deste governo (no seu período), "pela independência do BC". Mas política fiscal controlada, nota, não houve em momento algum.

Hoje, o ex-diretor da Dívida Pública voltaria a fazer uma política monetária apertada. "Sozinha, ela resolve muito pouco — reconhece. Vem a reboque da política fiscal. Se esta é expansionista, ou contracionista, a política monetária acaba sendo também. Mas apesar das limitações, é preciso evitar o pior." O pior, no caso, é o avanço da inflação. Aí, ou ocorreria um novo choque, "numa falta de imaginação de arrepiaar, como se o governo dirigisse um automóvel que só tivesse a primeira e a marcha-a-re", ou uma aceleração mobilizando a sociedade para conter a hiperinflação.

Por isso Senna elevaria, hoje, o nível dos juros. E não se preocuparia com a hipótese de haver migração dos depósitos de poupança para o *overnight*. "A Bolsa sobe, o dólar sobe, o ouro sobe, sobem o arroz e o feijão — a taxa de juros está baixa. A alta

da Bolsa é sinal de que a liquidez é enorme".

Programa

Um programa mínimo para o Brasil, não incluído nas expectativas de Senna, deveria buscar controlar os desequilíbrios monetário e fiscal, elevar juros, orientar a economia para o mercado externo e promover a privatização. E enfatiza: "Só a exportação salva o País da recessão".

O ex-diretor do BC evita estabelecer um parâmetro até o qual o déficit do governo (excesso de despesas em relação às receitas) seria tolerável. "O déficit deve cair o suficiente para a inflação cair, não há um número mágico" — ressalta. Senna não admite, porém, falar em déficit operacional, do qual são eliminadas as correções cambial e monetária incidentes sobre o endividamento do setor público. E se em vez de déficit operacional, negociado com o FMI (Fundo Monetário Internacional), falar-se em déficit nominal, este salta para mais de 30% do Produto Interno Bruto. Exatamente, foram 31,7% em 1987, conforme consta do boletim de lançamento, nos Estados Unidos, do Fundo Brasil. "Pergunte a uma empresa o que ela acha dos juros nominais", repta Senna. "Resposta: são terríveis. Afinal, a empresa paga juros nominais. Tem que ter receitas para isso".